

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Foi noticiado nos órgãos de comunicação social que uma manifestação agendada para este sábado, no Porto, para reclamar o direito ao espaço público não se pôde realizar em virtude de um parecer negativo da PSP.

Segundo foi divulgado em comunicado da Polícia Municipal do Porto, a PSP terá alegado que “O promotor manifestou a intenção de realizar o desfile, com diversas bicicletas, facto que conflituava com a liberdade de circulação dos demais cidadãos, poderá originar constrangimentos à circulação na zona envolvente e no acesso às unidades hospitalares próximas ao trajeto do desfile, bem como colocar em perigo a segurança dos participantes e demais utilizadores da via pública. Por esses factos, cumpre a este Comando emitir parecer negativo quanto à realização do evento nas condições comunicadas”.

De salientar que a iniciativa era organizada pelo Kidical Mass, um movimento global que procura responder e dar visibilidade à necessidade e vontade das famílias usarem modos ativos nas suas deslocações diárias (bicicleta, caminhar, patins, skate, etc.), exigindo a melhoria da infraestrutura ciclável e a pacificação das ruas, principalmente nas envolventes escolares.

Ao que parece, a mesma PSP que não viu qualquer risco de segurança na realização de uma manifestação racista e xenófoba de um movimento de extrema direita, considerou que um grupo de crianças, jovens e adultos em bicicletas conflituava com a liberdade de circulação dos demais cidadãos. Esta disparidade de critérios tem que ser devidamente esclarecida.

O direito de reunião e manifestação foi uma conquista da democracia e apenas pode ser limitado em condições muito particulares. A avaliação de risco da PSP é um dado importante e que, a bem da segurança de todos, deve ser tomado em consideração na autorização de manifestações. Porém, os critérios que presidem a tais pareceres devem ser razoáveis e transparentes, sob pena de colocar em causa o Estado de Direito e a confiança da sociedade nas forças de segurança.

Esta situação exige esclarecimento, pelo que atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministro da Administração Interna, as seguintes perguntas:

1. Tem o Ministério conhecimento desta situação?
2. Quais foram os concretos fundamentos para o parecer negativo relativamente à manifestação de 11 de maio?
3. Quais foram os fundamentos para o parecer positivo relativamente à manifestação da extrema direita realizada no passado dia 6 de abril?
4. Qual a razão para a discrepância de critérios?

Palácio de São Bento, 13 de maio de 2024

Deputado(a)s

FABIAN FIGUEIREDO(BE)